

Filosofia apesar do Novo Ensino Médio

Expedito Allison



A escola que inspira este relato de experiência, situada no município de Santo Antônio/RN, representa a única possibilidade de ensino médio na esfera pública para os mais de 1800 jovens entre 15 e 19 anos de idade, que, segundo o Censo Demográfico 2022, ocupam o território santo-antoniense. O espaço contempla tanto alunos da zona urbana quanto da zona rural com o auxílio de veículos, que, embora precários em sua maioria, tornam possível a ida e vinda de estudantes cujas residências encontram-se em sítios e em comunidades distantes do local.

Neste Estágio Supervisionado de Formação de Professores II, módulo que realizei no sexto período do curso de Filosofia, tive a oportunidade de acompanhar as mais diversas turmas, do primeiro ao terceiro ano. A experiência foi particularmente especial, pois foi também nessa escola em que cursei o meu Ensino Médio, portanto poder voltar até aquele ambiente na condição de graduando em Filosofia, reencontrando os docentes que fizeram parte da minha formação, foi muito gratificante. Nesta ocasião, entretanto, estive envolto a um fator estranho à minha época, que foi a peculiar configuração educacional estipulada para o “Novo Ensino Médio”. Afastando-se da minha experiência, os jovens do primeiro e segundo ano, agora, estudam em tempo integral, e precisam fazer um malabarismo para lidar com muito mais matérias do que as que tive antes da mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Apesar desse acréscimo no número de disciplinas, o Novo Ensino Médio reduziu a quantidade de módulos de caráter obri-

gatório, dando tão somente à Língua Portuguesa e à Matemática essa designação de indispensabilidade. A Filosofia, portanto, assim como tantas outras matérias, perdeu o seu posto enquanto etapa essencial para a formação dos alunos na educação básica e passou a disputar espaço na grade curricular com o Projeto de Vida e as diversas trilhas que compõem os Itinerários Formativos. Criou-se, então, um ambiente em que a efetivação do processo ensino-aprendizagem é obstruído por fatores que vão desde a diminuta atenção dada a tópicos complexos até à sobrecarga de tarefas imposta aos aulistas.

Já nos primeiros dias, pude perceber a maneira como esse cenário em que os alunos precisam estudar por dois turnos seguidos acarreta em um desgaste tanto físico quanto mental para todos os envolvidos nesse sistema, em especial para os jovens. Considerando o fato de que alguns precisam acordar bem cedo para alcançar o ônibus e chegam muito tarde em casa devido ao número limitado de transportes disponibilizados pela prefeitura da cidade, somado aos cortes na renda da alimentação escolar, que reduzem as refeições a biscoitos, incapazes de mantê-los alimentados durante o dia inteiro, esses adolescentes têm uma rotina extenuante. Como bem observou o pedagogo Celso João Ferretti ao analisar o Novo Ensino Médio em seu estágio inicial,

Ocorrem problemas concretos relativos a tal propositura na sociedade brasileira. Um deles refere-se a que, apesar de a extensão da jornada ser, em si, medida positiva, observada a recomendação do PNE, as condições existentes nas redes públicas de ensino brasileiro, do ponto de vista tanto da infraestrutura das escolas quanto das condições de trabalho e da car-

reira dos docentes, bem como de oferta de alimentação adequada aos alunos, mostram ser tal meta de difícil execução. (Ferretti, 2018, p. 4)

Além dessas dificuldades, deve-se considerar também a carga horária e a quantidade de matérias a que esses estudantes estão sendo submetidos. Não obstante a desgastante rotina, os estudantes têm de vivê-la, em muitos casos, acompanhando matérias pelas quais não têm qualquer tipo de interesse ou afeto. Embora, em teoria, esse modelo de ensino aproxime os alunos das áreas que eles mais gostam, na prática, o que pude observar e ouvir foi um ensino que passeia superficialmente por uma miríade de assuntos sem nunca conseguir aprofundar-se em qualquer um deles.

Por não serem devidamente instruídos em alguns conteúdos encaminhados para as trilhas educacionais e terem de lidar com uma grande quantidade de turmas, de modo a frustrar a possibilidade de planejar cada uma das aulas cuidadosamente, os professores passam a experienciar a sobrecarga vivida pelos alunos, o que culmina em encontros infrutíferos para ambos os lados. Em escolas agraciadas com uma boa estrutura e com um quadro de professores numeroso e ancorado por uma gestão escolar focada em melhorias, essas dificuldades - ainda existentes - se diluem através do apoio entre os profissionais, contudo, em considerável parte das escolas públicas, essa ainda é uma visão idealista e utópica. No que diz respeito à autonomia dos discentes nessa conjectura,

É interessante observar que o aluno não poderá escolher uma formação sólida geral nem necessariamente terá a possibilidade de escolher entre os cinco itinerários formativos,

já que sua oferta dependerá das propostas e condições concretas de cada estado e de cada escola. (Krawczyk; Ferreti, 2017, p. 38 e 39)

Nota-se, então, que um dos grandes argumentos em defesa da instauração do Novo Ensino Médio, sendo esse a promessa de que os estudantes desempenhariam um maior papel de protagonismo em suas jornadas educacionais e conseqüentemente iriam se engajar mais à escola, não se traduziu à realidade da forma que previam. Dadas as condições da escola em que estive e da ampla maioria das escolas públicas no Brasil, apenas alguns dos cinco itinerários formativos são ofertados para os jovens, ou seja, aquilo que deveria corresponder ao ato livre e autônomo do aluno, é diretamente condicionado pelas poucas opções que as instituições trouxeram para a mesa.

Indo na contramão do que foi objetivado pelos responsáveis pela reforma educacional, o que presenciei foram salas com um número enorme de faltantes, quadro que se manteve do início ao fim do estágio. Para além do cansaço acoplado à carga horária do ensino integral, há também de se ponderar as condições socioeconômicas desses jovens e de suas famílias, o que, em muitos casos, os impedem de estudar durante o dia todo em face à necessidade imediata de trabalhar para que possam sobreviver e contribuir com as despesas dos seus familiares. Nesse sentido, o Novo Ensino Médio apresenta o seu caráter excludente ao presumir que todos os envolvidos serão plenamente capazes de manter-se por dois turnos e ainda de ter um bom rendimento em avaliações e trabalhos.

Como consequência disso, não é raro saber de alunos que abandonam o ensino integral em virtude de precisar cumprir com responsabilidades fora dos muros da escola. A implementação do programa de incentivo financeiro-educacional popularmente conhecido como Pé-de-Meia, que prevê o pagamento de R\$ 200 mensalmente mais R\$ 1000 ao final de cada ano concluído, tem como um de seus principais objetivos manter os jovens na escola com algum tipo de apoio que não os faça substituir a educação pelo trabalho em uma medida imediatista. Todavia, por mais positiva e agregadora seja essa causa, ela não se aproxima remotamente de uma solução no que tange a questão da desigualdade econômica entre os estudantes, logo tal iniciativa deveria ser parte de um todo, coexistindo com outros tipos de contribuições.

Se encararmos, afinal, o Pé-de-Meia como uma resposta suficiente aos problemas de evasão, estaremos presumindo que as desistências por parte do alunado derivam exclusivamente de deficiências no campo monetário. Em alguns casos, porém, o acolhimento que esses jovens encontram, por exemplo, em uma facção é razão o bastante para que eles ingressem na marginalidade, pois muitas escolas ainda estão longe de apresentar um ambiente afável e de cumprir minimamente com o seu papel social.

Vários discentes, após certo tempo, ao invés de desertarem o espaço educacional, optam pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), que acontece exclusivamente durante o período noturno e é mais rápido em comparação ao integral por sintetizar os

três anos do ensino médio em apenas 18 meses. Outros, todavia, permanecem evadidos, intimidados pela demanda de uma grade curricular tão extensa. Quanto aos jovens que, apesar de todas as adversidades supracitadas, fazem-se presentes nas aulas diariamente, esses manifestam dificuldades dos mais diversos tipos.

Tendo acompanhado aulas de Filosofia, Sociologia e algumas Trilhas de Aprendizagem - produtos do Novo Ensino Médio, que visam permitir ao aluno traçar um caminho educacional que respeite e aperfeiçoe as suas aptidões -, pude perceber que ao menos algumas matérias de ciências humanas possuem participação mínima na vida estudantil daquelas pessoas. É válido ressaltar que o modelo tradicional também não colocava Filosofia e Sociologia como pilares fundamentais para os discentes, restringindo tais matérias a tão somente um ou dois horários por semana, contudo, com o aumento da carga horária e do número de disciplinas derivados da reforma em questão, essas áreas passam a ser ainda mais negligenciadas do que anteriormente.

A proposta do “novo” ensino médio, como o governo federal o vem chamando, estabelece no inciso 2º do artigo 3º que as únicas disciplinas obrigatórias nos três anos serão o Português e a Matemática. Esta proposição parece-nos uma busca de preparar os estudantes para a realização dessas provas de desempenho, melhorando assim os indicadores do País. Além disso, parece assumir uma posição de valorização de duas áreas do conhecimento em detrimento das demais no currículo escolar. (Gonçalves, 2017, p. 6)

Tendo em vista alguns dos argumentos utilizados para defender o Novo Ensino Médio, que apontavam para a melhor preparação dos jovens rumo ao mercado de tra-

balho, e a não obrigatoriedade de matérias como a Filosofia e a Sociologia, fica nítido o interesse governamental de, em detrimento da formação moral e ignorando o poder transformador que os jovens têm, formar simplesmente mão de obra incapaz de pensar por conta própria. Nesse contexto, diminui-se a importância de, através da exposição de pensadores marcantes e do diálogo sobre como as ideias deles manifestam-se no mundo atual, contribuir para a criticidade dos alunos, afinal um bom empregado - do ponto de vista do empregador - é aquele que consente e mantém-se passivo às ordens e indicações que recebe.

O renomado pedagogo e filósofo brasileiro Paulo Freire, em combate a esse modelo de educação que vigora há tanto tempo e que tem como propósito a fabricação de mentes com claras delimitações, afirma que

[...] a capacitação de mulheres e de homens em torno de saberes instrumentais jamais pode prescindir de sua formação ética. A radicalidade desta exigência é tal que não deveríamos necessitar sequer de insistir na formação ética do ser ao falar de sua preparação técnica e científica. É fundamental insistirmos nela precisamente porque, inacabados mas conscientes do inacabamento, seres da opção, da decisão, éticos, podemos negar ou trair a própria ética. O educador que, ensinando geografia, “castra” a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se. Não forma, domestica. (FREIRE, 2002, p. 24)

Ao apresentar-me, então, como um estudante que está estudando Filosofia, era comum deparar-me com expressões de surpresa e perguntas sobre o porquê de eu ter feito essa escolha. Essa dúvida não parte apenas dos preconceitos que aqueles alu-

nos podem vir a ter sobre a Filosofia, mas sim do sistema e da mentalidade utilitária em que estão inseridos desde o seu nascimento. Toda e cada medida, de acordo com esse sistema, tem de servir para alguma outra coisa, e é por essa razão que a educação, por mais contraditório que isso soe, não tem como finalidade educar, mas sim preparar, equipar, mecanizar homens e mulheres com o intuito de que possam obedecer seus chefes em um futuro próximo com o máximo de eficiência possível.

Assumindo a noção de que a Filosofia é inútil e, portanto, desnecessária para os seus estudos, muitos alunos, durante as aulas, mantinham-se deliberadamente alheios ao que estava sendo escrito ou dito pela professora. Uma cena que persistiu durante a minha experiência foi a de pessoas fazendo de seus celulares um escape ao que estava sendo ministrado, como se o que estivesse em pauta na aula não fosse minimamente relevante para o que eles viverão fora daquele espaço. Outros, também insatisfeitos com a inutilidade da disciplina, tentavam doá-la algum propósito e, quando perguntados, diziam que aprender sobre os filósofos é algo crucial, pois a redação do Exame Nacional do Ensino Médio vê com bons olhos a citação de grandes pensadores.

Pouquíssimos, contudo, eram aqueles que, diante da inutilidade da Filosofia, não rejeitavam-na ou tentavam mudá-la. A via menos popular requeria que aceitassem-na da forma como toda a educação deveria ser: não como um meio para outra coisa, mas sim como a sua própria finalidade; não com o seu valor atado à quantidade de

portas que abrirá no mercado de trabalho, mas sim com o valor atribuído unicamente a si mesmo.

Para que isso ocorra, entretanto, as transformações na forma como concebemos e vivemos a educação deve partir não dos alunos ou mesmo dos docentes, mas antes daqueles que orquestram o sistema educacional. Enquanto a principal preocupação das escolas for algo tão pragmático quanto a simples preparação de adolescentes para o ENEM, a memorização será a ferramenta número um das próximas gerações e os ensinamentos crescerão cada vez mais afastados da realidade. Enquanto prezarmos exclusivamente o domínio de redações e frearmos o ímpeto à poesia devido a sua inutilidade, parabenizaremos a réplica mais que a criação, pois condenaremos tudo o que se atrever a ser novo.

Concluí, por fim, que a luta pelo interesse dos alunos em uma disciplina como a Filosofia é necessariamente uma luta contra o sistema que a categoriza como desnecessária, e não apenas uma questão de metodologia. Os ensinamentos filosófico e sociológico acontecem apesar da configuração educacional em que estão inseridos, não em comunhão com ela, pois os seus interesses são completamente opostos. Enquanto a escola, no Novo Ensino Médio, leva o aluno à exaustão, visando acostumá-lo à rotina do trabalho, e podá-lo das características capazes de fazê-lo enxergar-se como um agente transformador da sociedade, a Filosofia possivelmente propicia, com base na exposição de ideias dos mais diversos pensadores que já passaram pela humanidade, um diálogo com o passado, que nos

ajuda a refletir sobre o presente e permite a todos a construção de um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

KRAWCZYK, N.; FERRETI, C. J. **Flexibilizar para quê? Meias verdades da reforma.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, jan./jun. de 2017. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>; acesso em: 18 de outubro de 2023.

GONÇALVES, Suzane. **Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131-145, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>; acesso em: 13 de novembro de 2023.

FERRETI, C. J. **A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade de educação.** Estudos avançados, 32 (93), 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>; acesso em: 19 de maio de 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.